

"A NOSSA PORTUGUÊS CASTA LINGUAGEM"  
PARA A DIACRONIA DE UM FATO MORFOLÓGICO

Evanildo Bechara  
UFF/UERJ

para Olmar Guterres da Silveira

Um dos fatos morfológicos que caracterizam o português arcaico em relação ao moderno é a possibilidade, cada vez mais geral a partir do século XV, de neste receberem a marca do feminino os adjetivos uniformes chamados de 2.<sup>a</sup> classe, especialmente os que passaram a funcionar também como substantivos.

Trata-se de uma velha tendência niveladora dos adjetivos de 2.<sup>a</sup> classe aos de 1.<sup>a</sup>, com fatais confusões, cuja fonte mais próxima da língua portuguesa é o próprio latim onde se atestam, entre exemplos de várias épocas, as correções do *Appendix Probi*: **pauper** mulier non **paupera** mulier (42), **tristis** non **tristus** (56), **acre** non **acrum** (41).

Entre esses adjetivos inicialmente invariáveis em gênero estavam os em **-ês**, quer os designativos de atributos (**freguês**, **burguês**, etc.), quer os referentes à nacionalidade (**português**, **francês**, etc.).

Ao nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, não passou despercebida esta mudança morfológica no sistema lingüístico do português do tempo em que vivia (1536), assinalando que, naquela quadra, ainda a novidade não se generalizara:

"... e em **ês**, com e pequeno, de gênero comum como **português**, **inglês**, e **francês**, posto que tenham femininos em **a**, como **portuguesa**" (*Gramática da linguagem portuguesa*, cap. 44, p. 86 da ed. de Olmar Guterres da Silveira).

Que o fato lingüístico constituía novidade e por isso mesmo estava, na língua comum, ao sabor da escolha do falante ou escritor, prova a circunstância de aparecerem invariáveis esses adjetivos em uns autores, e variáveis em outros, e até os dois usos num mesmo escritor. Assim é que João Barros, por exemplo, parece optar pela invariabilidade, nas *Décadas*, talvez levado pelo gosto do arcaísmo no gênero histórico, que orienta a sua escolha diante de formas duplas vigentes no seu tempo;

mas na *Gramática* (1540) e nas obras em que a língua portuguesa é o objeto central das preocupações do autor, só se usam morfologicamente marcados os adjetivos **portuguesa, francesa**. Já a invariabilidade dos adjetivos em **-ol** (língua **espanhol**) é constante em todas as obras do autor, o que nos revela a existência de gradações cronológicas na adoção de adjetivos femininos como **portuguesa e espanhola**, e ainda parece ter havido diferenças de cronologia de adoção entre substantivos e adjetivos.

Destarte, precisam de retificação informações como as que nos ministram Antônio das Neves ("Sobre qual o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do século XV e XVI" in *Memórias de literatura portuguesa*, vol. V, Lisboa, 1793, pág. 183) e mestre Said Ali (*Gramática histórica*, I, 2ª ed., S. Paulo, 1931, pág. 73), segundo as quais João de Barros preferia a forma invariável **português** para ambos os gêneros.

O estado deplorável em que chegaram, de modo geral, até nós os escritos do autor das *Décadas* não nos permite palmilhar com segurança as diversas fases cronológicas deste fato mórfico, dificuldade que, por outro lado, deve estimular as pesquisas de crítica textual como fonte importante para esparzir luzes sobre esta e outras questões lingüísticas.

O já citado erudito português Antônio das Neves tenta, no estudo referido, delimitar as épocas da língua portuguesa, caracterizando-as pelos principais fatos lingüísticos próprios a cada fase. A invariabilidade dos "nomes de nações acabados em ês" é daqueles fatos que caracterizam a 2.ª época, que vai, segundo Neves, do tempo d'el-rei D. João II até D. Sebastião, sendo João de Barros o escritor "que deu um como novo tom à língua portuguesa, não tanto nas palavras por si só, porque ainda nele se acham muitas da idade antecedente, mas pelo teor e organização da sua frase, de forma que ele foi o que criou e nutriu a fertilidade e riqueza dos autores da seguinte época, e ainda hoje é consultado pelos homens que têm gosto são, como um dos melhores oráculos da nossa língua" (Ibid., 183).

Nas pegadas desta tentativa de cronologia da história das formas em **-es/-esa** em nosso idioma, algumas gramáticas, históricas ou descritivas, fixaram a invariabilidade, neste caso, até os séculos XIV ou XV. É o que vemos, por exemplo, no excelente compêndio de *Gramática histórica* de Pacheco da Silva Júnior:

"Os adjetivos em **ez, es** (=lat. **ensis**) e **iz** (lat. **ice**) eram defectivos em gênero no português antigo, no que seguiam a regra latina; e o mesmo acontecia com os acabados em **ol** e **or** até o século XIV. Só depois de João de Barros é que, não se compreendendo mais o motivo dessa distinção, acreditou-se constituía ela uma irregularidade, e tiveram entrada as formas femininas **-eza, -ola, -ora**" ("Rio de Janeiro, 1878, pág. 78).

Nas *Noções de gramática portuguesa*, Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade referem-se de novo à cronologia, às vezes com leves alterações nas datas, em relação ao que vimos; no tocante aos adjetivos em **-ês**, declaram:

"No séc. XVI é que começaram as formas em **esa (montanhesa, calabresa)**, talvez por analogia dos nomes femininos em **issa**" (Rio de Janeiro, 1887, pág. 161).

A substanciosa *Gramática portuguesa* de João Ribeiro inaugurou entre os nossos livros didáticos uma lição que amplia a possibilidade de existência de formas em **-ês** (português) comuns aos dois gêneros até o séc. XVIII:

"Os adjetivos em **-ês** não tinham feminino, como ainda hoje **cortês, montês**. Ainda no século XVIII escreveu Dinis:

A nossa **português** casta linguagem (**Hiss.**, V)" (Rio de Janeiro, 21.<sup>a</sup> ed., 1930, pág. 239).

Entre portugueses, o excelente *Compêndio de gramática histórica portuguesa* (1919), de J. J. Nunes, oferece-nos lição mais contundente e, parece, pela primeira vez no país irmão, faz referência ao autor do *Hissope*:

"A tendência (de dar femininos a substantivos e adjetivos antigamente uniformes) de que falei começa a manifestar-se ainda na língua arcaica, todavia é só a partir do século XVI, que ela se generaliza, o que não quer dizer que mesmo depois não ocorram por vezes, como invariáveis, as formas mencionadas, pois Cruz e Silva, já nos fins do século XVIII, diz: **a nossa português casta linguagem, Hissope, Canto V, verso 134)**".

Esta lição encontra-se repetida nas *Digressões lexicológicas* do mesmo autor, págs. 168 e 169.

Estava, assim, no Brasil e em Portugal, iniciada uma longa trajetória dessa lição que, como veremos adiante, precisa ser posta em seus devidos termos, para que não se falseie, como parece, a diacronia deste fato morfológico da língua portuguesa.

Difícilmente há gramática ou estudo de linguagem que, referindo-se à invariabilidade de tais adjetivos no feminino, não se lembre de repetir a alusão ao verso de Cruz e Silva. Recordamos aqui apenas as excelentes gramáticas históricas dos mestres Antenor Nascentes e Ismael de Lima Coutinho (citando este ensinamento de Brant Horta):

"Os adjetivos em **es** criaram já dentro da língua um feminino em **a**. Encontra-se feminino ainda em **ês** no português antigo; no por-

tuguês atual ainda há vestígios da invariabilidade em **cortês**, **pedrês** e nos advérbios de modo como **portuguesmente**.

Antônio Dinis, no *Hissope* (séc. XVIII); dá ainda um exemplo no verso: *A nossa português casta linguagem* (c.V., 134)" (*O idioma nacional*, vol. IV – *Gramática histórica*, 2.<sup>a</sup> ed., 1933, pág. 120).

"Os [adjetivos] da 2.<sup>a</sup> classe, pelo mesmo motivo do desaparecimento do neutro, tornaram-se uniformes; entretanto, por analogia com aqueles, vão tomando a desinência feminina **-a**, em português. É o que se dá com **português – portuguesa**, **infante – infanta**. A propósito destes adjetivos assim se expressa Brant Horta: "A tendência em dar formas femininas aos adjetivos de 2.<sup>a</sup> classe, começa a manifestar-se no português arcaico; essa tendência, porém, generaliza-se a partir do século XVI, aparecendo, contudo, em alguns escritores sob a forma invariável como prova este exemplo de Cruz e Silva no *Hissope*, século XVIII: "a nossa **português** casta linguagem" (*Gramática histórica*, 7.<sup>a</sup> ed. revista, 1976).

É muito interessante acompanharmos o histórico desse ensinamento. A informação exarada na *Gramática* de João Ribeiro não é original e foi colhida ou na *Grammatik der portugiesischen Sprache* de Carl von Reinhardstoettner (Strassburg, 1878, pág. 185) ou na obra de mesmo título do competente filólogo suíço Júlio Cornu (Strassburg, 1888, pág. 97), pois ambos os mestres aludem ao verso de Cruz e Silva.

O gramático brasileiro conhecia sobejamente ambas as obras; de Reinhardstoettner chegou a traduzir a primeira parte da introdução da *Grammatik* e a inseriu como preâmbulo aos *Autores contemporâneos*, a partir da 6.<sup>a</sup> edição deste seu livro didático. É quase certo que aí esteja a fonte real da informação difundida pelo mestre.

O que João Ribeiro deve ao livro de Cornu está facilmente comprovado pelas freqüentes alusões ao mestre lusitanista.

O certo é que a prioridade da referência ao verso de Antônio Dinis da Cruz e Silva, **em gramática**, cabe a Reinhardstoettner, ainda mais porque ele, ao contrário de Cornu, alude várias vezes ao erudito português José Maria da Costa e Silva, e cita textualmente, a páginas 185 de sua *Grammatik*, o trecho deste comentador que particularmente nos interessa. Este português, sim, comentando uns versos de Sá de Miranda em que aparece a forma invariável em **guarda escocês**, é o primeiro em trazer à colação o famoso verso do *Hissope*:

"Os adjetivos em **or**, em **ês** e alguns eram antigamente comum de dous; por isso achamos tantas vezes nos autores antigos e mesmo em João de Barros: cidade **competidor**, uma **português**, uma **holandês** etc. Mesmo muitos tempos depois deste uso ter cessado, Antônio Dinis da Cruz e Silva, que de certo sabia a sua língua, não

duvidou dizer no *Hissope*: "É [a] nossa português casta linguagem", V, 133" (*Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, II, Lisboa, 1851, pág. 48).

Se lermos com atenção o comentário de Costa e Silva, com facilidade concluiremos que sua lição é mais correta que a dos filólogos e gramáticos que nele se apoiaram, direta ou indiretamente. Ele assinalou que a invariabilidade morfológica nessas palavras é um fato **que já havia cessado no sistema lingüístico do português** da época, e que Cruz e Silva o revivera por ter conhecimento de sua língua e por saber que, contextualmente, essa reminiscência era perfeita, adequada e expressiva.

Trata-se daquela liberdade de que goza o falante de reabilitar formas e fatos do idioma que já não têm curso na língua comum. É a contrapartida da liberdade do falante no emprego de neologismos e empréstimos.

A construção utilizada por Cruz e Silva não é uma característica de sua língua individual nem um fato vivo na língua do seu tempo; surgiu do desejo de fixar mais vivamente ao leitor, com evidente dose de ironia, através de dados lingüísticos que pertencem à sincronia e à diacronia da língua histórica portuguesa, o seu personagem, que dialoga com Lara, no canto V do poema. E a forma invariável aparece exatamente no trecho em que o padre Mestre condena a presença de expressões francesas a macular o idioma materno, personagem que ostenta uma rica tradição vernácula e, mais longe, da seiva latina:

"Desta audacia, senhor, deste descoco,  
Que entre nós, sem limite, vai grassando,  
Quem mais sente as terríveis conseqüências  
É a nossa português casta linguagem  
Que em tantas traduções corre envasada  
(Traduções que merecem ser queimadas!)  
Em mil termos e frases galícanas!

Ah! se as marmóreas campas levantando,  
Sáissem dos sepulcros, onde jazem  
Suas honradas cinzas, os antigos  
Lusitanos varões, que com a pena,  
Ou com a espada e lança a pátria honraram,  
Os novos idiotismos escutando,  
A mesclada dicção, bastardos termos,  
Com que enfeitar intentam seus escritos  
Estes novos, ridículos autores  
(Como se a bela e fértil língua nossa,  
Primogênita filha da latina,  
Precisasse de estranhos atavios!)"

(*O Hissope*, V, págs. 177-178 da ed. de 1879).

Percebe-se o intuito estilístico de Cruz e Silva em reabilitar, no meio de tanto apelo ao passado, uma forma lingüística fortemente marcada como antiga.

Duas páginas adiante, afastada a intenção expressiva aludida, põe o autor normalmente na boca do padre Mestre a forma flexionada **francesa**:

"Não foi, senhor, **francesa**, nem troiana,  
Responde o padre mestre; d'alto sangue"

O recurso estilístico através de um fato morfológico arcaico do tipo de a **nossa português casta linguagem**, pela estranheza que causaria aos editores, teria fatalmente de repercutir na crítica textual.

O referido verso d'*O Hissope* aparece sem alteração importante em quase todas as edições até a por nós consultada, a 8.<sup>a</sup>, a cargo do competente José Ramos Coelho (Lisboa, 1879); entretanto, uma cópia existente na Biblioteca de Coimbra, feita em 1795 por Domingos dos Santos Morais Sarmento, professor de escrita, documenta a versão:

"É o nosso **português**, casta linguagem",

enquanto a edição de Lisboa de 1834 reza:

"É a nossa **portuguesa** linguagem".

Creriosamente e dentro das exigências da crítica textual, José Ramos Coelho opta pela versão mais difundida e, com muita argúcia, justifica seu procedimento:

"Conservamos – a **nossa português** – feminino antiquado, por julgarmos que o poeta o pôs intencionalmente na boca do padre jubilado, o qual era, como se vê, inimigo de modernismos em matéria de língua" (Ibid., 309).

Fatos linguísticos do tipo do que foi revivido por Cruz e Silva tornam patente a complexidade da dimensão diacrônica implícita no **estado de língua real**, conceito que um teórico da linguagem da estirpe do mestre Eugenio Coseriu distingue do conceito de sincronia, dimensão que permite que os falantes sintam certas expressões e construções como arcaísmos ou neologismos e as aproveitem para imprimir aos seus discursos um ar de arcaicidade ou de modernidade.

Por tudo isto que acabamos de ver, o verso de Cruz e Silva cabe melhor no capítulo em que se levantem recursos estilísticos à disposição dos falantes para influir no interlocutor, do que no capítulo de morfologia nominal portuguesa vista no seu desenvolvimento histórico.

\*\*\*